

RESOLUÇÃO POLÍTICA DA MESA NACIONAL DO BLOCO

7 DE MAIO DE 2016



1. UM NOVO PROTAGONISMO ÀS LUTAS AMBIENTAIS

No novo ciclo político aberto pelas eleições legislativas, as questões ambientais ressurgiram fortemente na vida pública e no debate político em Portugal: as concessões para a exploração de combustíveis fósseis, o combate à ameaça nuclear de Almaraz, o reconhecimento da catástrofe da poluição no Tejo e no Ave, o escrutínio público sobre o perigo contaminante do glifosato têm feito um caminho acelerado. O Bloco tem uma intervenção coerente nestes temas, num perspectiva anticapitalista e de mobilização, esclarecimento e avanço, num percurso diferenciador e reforçando a sua natureza ecossocialista.

A proibição da utilização do glifosato, apresentada pelo Bloco no Parlamento, chumbada em Abril por PSD e CDS e pela abstenção do PS não foi de maneira alguma o final da questão do glifosato. Já um ano antes, o Bloco tinha apresentado proposta semelhante. Desde então têm-se multiplicado iniciativas a nível local. O Bloco recolheu a informação relativa ao uso do glifosato em espaço público e fez aprovar em várias Assembleias Municipais a proibição do glifosato. Face à pressão pública, várias Câmaras entretanto anunciaram a proibição do seu uso. O lobby nacional e internacional das multinacionais Monsanto, BASF, Syngenta, Bayer ou Dow, para que continue a utilização deste produto explica-se também pelo facto de os organismos geneticamente modificados (OGM) serem desenhados para tolerarem o glifosato e que as multinacionais produzem simultaneamente os dois produtos, de forma a fazerem um depender do outro, a proibição do glifosato seria um importante retrocesso para a implantação generalizada dos OGM. O Governo já reconheceu publicamente a possibilidade de proibir a utilização do glifosato em meio urbano, como o Bloco vem exigindo, mas cede ao agronegócio. É importante que seja a sua utilização seja proibida também na agricultura e, assim, que o governo assumira uma posição prudente na cimeira europeia de junho, onde se decide o prolongamento da licença para a utilização do glifosato.

As concessões para exploração de combustíveis fósseis no Algarve têm ganho particular destaque, mas no resto do país, em terra e no mar, foram atribuídas parcelas imensas de território marítimo e terrestre para exploração de gás e petróleo. Os contratos assinados pelo anterior governo PS (sob Manuel Pinho) e PSD/CDS (sob Álvaro Santos Silva e Moreira da Silva) colocaram o País a saque, entregando-o a preço de saldo para uma actividade económica retrógrada e que contribui efectivamente para aumentar a crise ambiental e continuar a agravar as alterações climáticas globais, às quais Portugal e o Mediterrâneo estão particularmente expostos. Os processos opacos de concessão baseiam-se em legislação de 1994, do governo de Cavaco Silva, com o objectivo claro de escancarar a porta a investidores privados, oferecendo-lhes a exploração e os rendimentos de uma eventual exploração petrolífera na totalidade, enquanto o encargo da destruição ambiental e da degradação social recaem sobre o Estado e as populações. O Regime Jurídico do Governo de Cavaco Silva e a ausência de obrigação de submissão a Avaliação de Impacto Ambiental da actividade de prospecção de petróleo, bem como de muitas das actividades de extracção de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos constituem, em conjunto, um verdadeiro atentado à Constituição, designadamente no que diz respeito ao Direito ao Ambiente e ao Direito de Participação dos Cidadãos em matéria ambiental. O Bloco de Esquerda, enquanto força política ecossocialista e defensora da descarbonização da economia e preparada para o novo contexto climático, tem-se posicionado publicamente contra as concessões em terra e no mar, intervindo no Parlamento nacional, assim como nas Assembleias Municipais e Intermunicipais, apoiando as mobilizações populares de oposição aos combustíveis fósseis.

No Parlamento, um projecto de resolução do Bloco pelo encerramento da Central Nuclear de Almaraz foi aprovado, reforçando o caminho para um processo que já havia sido iniciado anteriormente: o de construir uma grande mobilização no próximo dia 11 de Junho, na cidade espanhola de Cáceres, pelo

encerramento de Almaraz. Esta central, em funcionamento há 35 anos, sofreu já 54 acidentes graves e 32 paragens de emergência. Tem problemas estruturais no sistema de refrigeração, origem dos maiores acidentes nucleares ocorridos até hoje. Terminou o seu período de vida útil em 2010. Apesar disso o governo espanhol prorrogou o seu funcionamento durante mais 10 anos, garantindo aos proprietários privados da central um rendimento de 161 milhões de euros anuais, única razão pela qual a central continua a funcionar. Já este ano voltaram a ocorrer incidentes na central e uma inspeção de segurança denunciou a falta de condições para a central manter-se aberta. O Bloco de Esquerda empenhar-se-á na exigência do encerramento da central, articulado com outros partidos e movimentos ambientalistas em Portugal e no Estado Espanhol.

A poluição do rio Tejo tornou-se muito evidente nos últimos meses, com a denúncia de movimentos ambientalistas, pescadores e agentes turísticos. As descargas descontroladas de várias indústrias têm significado uma degradação enorme da qualidade das águas e da capacidade de suportar a biodiversidade no Tejo. Os sinais evidentes de poluição, a alteração das características da água, a sua temperatura, cores, cheiros e autênticas marés de espuma provocam mortes em massa de peixes, lagostins e vegetação. Além da poluição que já provém de Espanha, com inúmeras descargas poluentes antes do rio entrar em território nacional, incluindo da Central Nuclear de Almaraz, e da infiltração difusa de escorrências de águas de práticas agrícolas, há diversos casos assinalados de descargas por parte de empresas identificadas. A Intergados e a Centroliva receberam ameaças de encerramento por parte das autoridades ambientais, mas provavelmente a maior poluidora do Tejo em território nacional, a Celtejo, continua incólume e pretende ver flexibilizadas as regras das suas descargas para poder continuar a poluir o rio. O poder do sector da pasta do papel, responsável pela eucaliptização do país, volta a revelar-se também nesta fase. A indústria da celulose é uma das maiores emissoras de gases com efeito de estufa, uma das maiores poluidoras e ocupa uma área colossal do território nacional. As mobilizações das populações locais e dos movimentos de defesa do Tejo têm merecido todo o apoio do Bloco de Esquerda a nível do Parlamento e das Assembleias Municipais, tendo-se estabelecido uma importante ponte entre a questão da polui-

ção do Tejo e a questão de Almaraz, cuja ligação é total.

O Ave tem sido utilizado, ao longo de décadas de atividade industrial e de crescimento urbano, como canal de drenagem de efluentes sem tratamento adequado. A mudança de coloração em função dos químicos utilizados nas tinturarias das fábricas têxteis foi uma das imagens caracteristicamente frequentes da poluição no Ave. Depois de milhões de euros de investimento em infraestruturas, ainda não foi ultrapassado o imenso lastro de fontes poluidoras. As descargas industriais, o mau funcionamento das ETARs, a perigosa mistura de águas residuais e de efluentes com origem diversa permanecem. As iniciativas do Bloco pela exigência da despoluição da bacia hidrográfica do Ave ganharam ainda maior relevância perante a gravidade da recente descoberta, por uma equipa do Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar, de bactérias multi-resistentes no rio Ave com características nunca antes identificadas, que coloca em evidência um alto risco para a saúde pública. Enfrentar novos riscos e exigir elevados níveis de qualidade ambiental constituem fortes elementos de mobilização cidadã pela responsabilidade ambiental, contra a negligência e as atitudes predatórias, pela qualidade de vida das populações e por um ambiente saudável e sustentável.

A crise ecológica irá marcar grande parte da agenda política nacional e europeia nos próximos meses. A recente fuga de informação de documentos das negociações do TTIP, promovida pela Greenpeace Holanda, revela planos para acabar com elementares mecanismos de proteção ambiental e coloca o ativismo ambiental na linha da frente da contestação ao TTIP.

O Bloco de Esquerda reconhece o trabalho do movimento ecologista e das plataformas como a Plataforma Transgênicos Fora, a Plataforma Algarve Livre de Petróleo e a Plataforma Não ao TTIP: Não ao Tratado Transatlântico e empenha-se num novo protagonismo das lutas ambientais. Nesse sentido, a Mesa Nacional decide:

- Manter a pressão e iniciativa, no parlamento e nas autarquias, com o objectivo de garantir a proibição da utilização do glifosato.
- Acompanhar e participar nos momentos de contestação que terão lugar nas datas futuras de sondagens e explorações de combustíveis

fósseis no Alentejo e no Algarve.

- Empenhar-se na mobilização “Fechar Almazara, Descanse em Paz” em Cáceres, a 11 de Junho.
- Promover durante o Verão uma iniciativa popular de defesa do ambiente em torno do Rio Tejo.
- Impulsionar a discussão pública do TTIP e colocar na agenda política a desvinculação de Portugal deste acordo.

2. RECUSAR A CHANTAGEM EUROPEIA. AMPLIAR A RECUPERAÇÃO DE RENDIMENTOS E DIREITOS DO TRABALHO

O segundo trimestre do ano é marcado pela elaboração dos Programas de Estabilidade e Planos Nacionais de Reformas dos Estados Membros da União Europeia. Este é um processo inquinado. Responde a uma exigência do Semestre Europeu, que nasceu em 2010 fruto da inoperância da União Europeia na alteração de regras para o sistema financeiro, que tinha sido prometida na resposta à crise financeira, e para impôr austeridade sobre os Estados. As regras e metas a que este processo responde não são uma consequência de responsabilidades partilhadas no âmbito da moeda única, mas sim consequência da política de resgatar bancos à conta do Estado Social e dos rendimentos do trabalho.

Programa após programa de estabilidade, os vários governos, mas também as instituições internacionais (incluindo troika) falharam sempre todas as metas a que se propuseram no âmbito deste processo. Falharam por que estas são metas inalcançáveis e apenas servem a chantagem sobre os países. Exigir consolidação orçamental sem crescimento económico e a curto prazo, no meio de uma crise financeira e económica internacional, é uma forma de pressão contra a democracia

Este debate não pode ser analisado apenas tendo em conta as pressões externas. Os programas de Estabilidade dão indicações significativas sobre as opções dos vários governos. Em 2015, as propostas do governo PSD/CDS incluíam corte de 600 milhões de euros/ano nas pensões. O Bloco reconhece que o atual governo se distanciou desse caminho, em cumprimento do acordo de maioria parlamentar.

Existem, no entanto, sinais de preocupação no Pro-

grama de Estabilidade apresentado pelo governo: ausência de alteração na resposta aos problemas do sistema financeiro, falta de investimento e continuada redução do número de funcionários públicos. O Bloco de Esquerda contrapôs ao debate das metas e condicionamentos europeus, contributos para uma estratégia económica que permita a criação de emprego, uma sustentada recuperação dos rendimentos de salários e pensões e a proteção das contas públicas e da economia do país face a choques externos.

A pressão europeia sobre Portugal acentua-se. Tentando condicionar as eleições em Espanha, e impedir a formação de um governo que se oponha à austeridade, o diretório europeu tenta descredibilizar o acordo parlamentar português para a recuperação de rendimentos do trabalho. O Bloco de Esquerda rejeita a chantagem e continua a diálogo com o governo e os partidos da atual maioria parlamentar para o alargamento das conquistas sociais.

O Bloco de Esquerda empenha-se para que os grupos de trabalho em que participa com o Governo e o Partido Socialista tenham como resultado conquistas sociais no curto prazo e a definição de alternativas e convergências que preparem o trabalho do Orçamento do Estado para 2017. Os grupos de trabalho apresentam relatórios durante o mês de Julho, existindo consenso para alguns avanços em áreas socialmente sensíveis ainda antes dessa data.

As mobilizações do 1º de Maio foram um importante momento de exigência de reversão dos ataques da troika às relações laborais. Assinala-se a força que as e os trabalhadores precários tiveram nesse dia, juntando sindicatos, associações e movimentos nacionais e internacionais para rejeitar a precariedade e exigindo trabalho com direitos.

A luta dos trabalhadores portuários é um exemplo de luta contra a precariedade instalada no mundo laboral. O que está em causa é a criação de uma pool de trabalho portuário (Porlis) criada pela autoridade portuária de Lisboa, para poder ter uma bolsa de trabalhadores não abrangidos pelo Contrato Coletivo de Trabalho, à base do salário mínimo e sem os direitos inerentes ao exercício da profissão de estivador. Esta criação surgiu após a dispensa de trabalhadores do quadro e pretende nivelar por baixo o salário de todos os trabalhadores, retirar direitos e promover a precariedade. O Bloco de Esquerda opõe-se a este projeto de precarização dos

trabalhadores portuários e saúda a sua luta.

As trabalhadoras e os trabalhadores do Estado exigem a reposição das 35 horas semanais, conforme consta do acordo da maioria parlamentar. O Bloco de Esquerda está empenhado na mais rápida conclusão deste processo e na garantia de que todos os trabalhadores, independentemente do seu vínculo, serão abrangidos.

3. DEFENDER A ESCOLA PÚBLICA

A existência de contratos associação que duplicam a oferta pública é um abuso sobre recursos do Estado. Enquanto se transferem milhões para os colégios privados, a Escola Pública é esvaziada de alunos, os professores são despedidos e desperdiça-se a capacidade instalada.

A definição de critérios para o estabelecimento de contratos de associação deve corresponder sempre a uma análise da rede pública e a critérios de racionalidade económica e interesse público.

O Bloco de Esquerda respeita a liberdade constitucional do ensino particular e cooperativo e a opção pelo privado de quem o quiser pagar. Mas recusa que o investimento público em educação seja abusivamente convertido em rendas pagas aos donos de colégios.

4. A X CONVENÇÃO DO BLOCO DE ESQUERDA

A X Convenção Nacional do Bloco de Esquerda decorre a 25 e 26 de junho de 2016, no Pavilhão do Casal Vistoso, em Lisboa, com o lema: “Mais Força para Vencer”. Na noite de 24 de junho terá lugar uma sessão internacionalista centrada nos ativismos e movimentos sociais.